

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS



PROJETO POPULAR

O BRASIL QUEREMOS: O BEM VIVER DOS POVOS

VAMOS CONSTRUIR EM MUTIRÃO?

Brasil, 2023

APOIO:

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT

REALIZAÇÃO:



Comissão Episcopal
para a Ação
Sociotransformadora



SSB

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora
St. de Embaixadas Sul Quadra 801 Conjunto B
Asa Sul, Brasília - DF, 70310-500
Telefone: (61) 2103-8300
semanasocialbrasileira@cnbb.org.br
psocial@cnbb.org.br

Dom José Valdeci Santos Mendes
Bispo de Brejo (MA) - presidente da Comissão

Dom João Aparecido Bergamasco
Bispo de Corumbá (MS) - membro da Comissão

Dom José Ionilton de Oliveira, SDV
Bispo de Itacoatiara (AM) - membro da Comissão

Dom Reginaldo Andrietta
Bispo de Jales (SP) - membro da Comissão

Dom Limacedo Antônio da Silva – Bispo Auxiliar de
Olinda e Recife (PE) - membro da Comissão

Dom Geremias Steinmetz
Arcebispo de Londrina (PR) - membro da Comissão

Frei Olávio José Dotto – Assessor

Padre Dario Bossi - Assessor

Organização e elaboração do conteúdo:

Alessandra Miranda

Equipe Editorial Grito dos Excluídos/as

Ilanyr Felipe

Irmã Angela Maria Rocha

Osnilda Lima

Padre Dário Bossi

Rosilene Wansetto

Coordenação Executiva 6ª Semana Social Brasileira

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e
Clara

Cáritas Brasileira

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Comissão Pastoral da Terra

Conselho Pastoral dos Pescadores

Conselho Nacional do Laicato do Brasil

Movimento dos Trabalhadores sem Terra

Movimento pela Soberania Popular na Mineração

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Lucia-
no Mendes de Oliveira

Pastoral Operária

Projeto Brasil Popular

Rede Jubileu Sul Brasil

Serviço Pastoral dos Migrantes

Setor de Mobilidade Humana da Conferência Nacional
dos Bispos do Brasil

Diagramação: Mateus Leal

Secretaria Executiva: Alessandra Miranda

Comunicação: Osnilda Lima

Apoio: Misereor

Vamos elaborar o Projeto Popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos povos”?

E para abrir as portas e as janelas dessa construção popular, vamos rememorar o caminho trilhado até aqui e organizar os sonhos para o momento final da 6ª Semana Social Brasileira (2020-2023), em novembro deste ano em Brasília (DF).

Vem com a gente no “Mutirão pela vida: por terra, teto e trabalho”

SUMÁRIO

1

As Semanas Sociais
Brasileiras

2

A 6ª Edição da SSB

3

O Brasil que temos

4

Soberania e
democracia

5

Terra e território

6

Teto/Moradia

7

Trabalho

8

Mutirões pelas vidas

9

Ações de
convergências

10

O Brasil que
queremos: o Bem
Viver dos povos

11

Vamos construir o Projeto O
*Brasil que queremos: o Bem
Viver dos povos?*



Sumário
interativo

AS SEMANAS SOCIAIS BRASILEIRAS

1

As Semanas Sociais Brasileiras, promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde 1991, são um serviço evangelizador para atuação sociopolítica da Igreja no Brasil, comprometido com a pluralidade cultural e étnica do Brasil. As Semanas Sociais transformaram-se em um espaço de fortalecimento da democracia participativa e direta, em busca da universalização de direitos, com participação de vários setores da sociedade civil, lideranças de igrejas cristãs e religiões, pastorais sociais e movimentos populares, povos indígenas e comunidades tradicionais.

As cinco edições anteriores buscaram, no debate com a sociedade, compreender e propor soluções e alternativas para questões sociais relacionadas à superação das violações dos direitos humanos e da natureza.

A primeira Semana Social debateu sobre o trabalho, a segunda sobre a exclusão social e os novos atores sociais emergentes, a terceira sobre as dívidas, a quarta sobre a sociedade brasileira e a quinta sobre o Estado. Acesse o link e saiba mais: <https://ssb.org.br/institucional/#historia>



Podemos dizer que as Semanas Sociais Brasileiras colaboraram com a mobilização e criação:

Grupos de Economia Solidária e o Fórum Nacional de Economia Solidária.

Articulação do Semiárido (ASA);

Grito dos/as Excluídos/as;

Movimento da Consulta Popular;

Rede Jubileu Sul Brasil;

Plebiscito Popular contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e nasceu a Assembleia Popular;

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental;

Referendos Populares sobre a privatização da Vale do Rio Doce e sobre o limite da propriedade rural;

A campanha de coleta de assinaturas, promovida pela Coalizão Democrática por uma reforma política e eleições limpas;

A convocação do referendo popular para uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva;

A campanha para demarcação dos territórios dos povos indígenas, dos territórios dos povos quilombolas e dos pescadores artesanais;

Solicitou ao Papa Francisco a convocação de evento internacional sobre a vida do planeta.

Em síntese, as Semanas Sociais apontam para a necessidade de se rever o modelo econômico e enfrentar a mercantilização da vida. Fomenta que se ampliem as oportunidades de trabalho; que se fortaleçam as exigências éticas em defesa da vida e do meio ambiente; que se democratize o acesso à terra e ao solo urbano; que se olhe para o planeta Terra e com ele se relacione com responsabilidade humana, não o vendo como fonte de recursos a serem explorados, mas como um bem a ser preservado; que se promova uma nova economia e um consumo sustentável; que se democratize a comunicação e a informação e que se promova uma Reforma Política com participação popular.

6ª EDIÇÃO DA SSB

2

A sexta edição da Semana Social Brasileira (2020-2023), com o tema: *Mutirão pela vida por terra, teto e trabalho*, assumiu o tripé Terra, Teto e Trabalho, temas mobilizados pelo papa Francisco nos Encontros com os Movimentos Populares. No aprofundamento da realidade do Brasil, foi identificada pela equipe de construção da 6ªSSB que para uma mudança estruturante na sociedade é preciso pautar, debater e fortalecer a Democracia, a Economia e a Soberania.

O objetivo da 6ªSSB é: “Articular e mobilizar pessoas de boa vontade, famílias, igrejas, movimentos sociais e a sociedade brasileira, em *Mutirão pela vida*, construindo o *Bem Viver*, sem desigualdades, discriminações e preconceitos, assumindo ações concretas para conquista de *Terra, Teto e Trabalho* para todas as pessoas, especialmente as que estão em situação de vulnerabilidade e pobreza social”.

As ideias a seguir são um acúmulo dos mutirões realizados nos diferentes formatos: virtuais e presenciais, de abrangência local, regional e nacional e com os diferentes sujeitos atuantes no processo. A síntese tem o compromisso em apontar os principais elementos do Brasil que Temos, para que assim, sejam apontados com ousadia os caminhos de transformação das realidades, reconhecendo os desafios e potencialidades. Cada tema traz também os indicativos para o Brasil que Queremos.

3.1 Economia e dívidas sociais

As dívidas sociais são as dívidas que as elites dominantes impuseram ao povo brasileiro em 500 anos de exploração. Dívidas que se materializam no desemprego, nos salários indignos, nos sem-terra, no abandono aos pequenos agricultores/as e dos pescadores/as artesanais, na escravidão que persiste, na fome torturante, no extermínio dos povos indígenas, na discriminação dos migrantes, no sucateamento dos serviços de saúde e educação, na precariedade dos serviços urbanos, nas agressões ao meio-ambiente.

A economia mundial está organizada em torno da propriedade privada dos bens e recursos produtivos e distributivos, e da busca do máximo lucro e de sempre maior controle dos mercados, num ambiente marcado pela competição e pela exploração do trabalho e dos bens na natureza



O Brasil segue apresentando um dos maiores índices de desigualdade econômica e social do mundo e continua sendo ‘campeão’ em concentração fundiária. O trabalho continua desvalorizado e precarizado, com altos índices de desemprego, especialmente entre os jovens, as mulheres e a população negra. Tanto no campo quanto na cidade, a população de baixa renda sofre repressão, criminalização e violência, quando se organiza para lutar por terra, trabalho, moradia, saúde, educação e dignidade.

3.2 Indicativos para o Brasil que queremos

- Impedir o aprofundamento da autonomia do Banco Central e juros altos.
- Garantia de acesso universal às informações orçamentárias.
- Auditoria da dívida pública.
- Transparência com a utilização dos recursos públicos em todas as esferas.
- Economia Solidária e Economia de Francisco articuladas com a sociedade civil.

SOBERANIA E DEMOCRACIA

4

A soberania nacional encontra-se sob ataque. Tentativas de privatização do patrimônio nacional, incluindo a Petrobras, Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa e Correios, entre outros, trouxeram um alerta. A submissão aos interesses do capital internacional influenciam na exploração dos bens naturais, (petróleo, minérios, águas, florestas). O que afeta diretamente os povos originários e tradicionais, sobretudo na garantia de soberania e segurança alimentar da população e uso abusivo dos agrotóxicos.

Soberania nacional aponta para o desenvolvimento representado pela justa distribuição de renda e compreendida como a garantia de autodeterminação do conjunto do povo brasileiro para escolher e decidir sobre seu próprio destino. A participação popular ativa e a democratização do Estado estão vinculadas à força dos movimentos e organizações populares (síntese do projeto Brasil Popular). Considerando as múltiplas opressões na sociedade brasileira, é de fundamental importância a organização de diversos sujeitos coletivos em nossa sociedade e as práticas concretas, a democratização da sociedade, a recuperação e construção dos bens comuns, o enfrentamento das elites e a construção de um posicionamento emancipador e libertário.

Fatos recentes como aos ataques à democracia e as instituições democráticas; aumento da pobreza e do adoecimento das pessoas; aumento dos riscos para as mulheres, com destaque para as negras e populações LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua; desmonte radical da seguridade social foram cruciais para a desigualdade social e aumento da violência.

4.1 Indicativos para o Brasil que queremos

- Instituições do sistema de justiça próximas da sociedade civil organizada.
- Fortalecer a democracia direta e participativa.
- Regulamentar as formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular).
- Criação de um sistema integrado de participação popular que consolide espaços de participação e democratização da gestão das políticas públicas, a exemplo dos Conselhos e Conferências (nacionais, estaduais e municipais).
- Garantir representação mais efetiva da vontade popular, enfrentando as sub-representações (trabalhadores/as, mulheres, negros/as, juventudes, LGBTQIAPN+ etc) e a influência do poder econômico nas decisões públicas.

TERRA E TERRITÓRIO

5

O modelo de desenvolvimento do campo brasileiro é historicamente baseado na concentração fundiária e na monocultura extensiva, nos últimos anos sendo o agronegócio o principal protagonista deste processo.

Esse movimento tem estreita ligação com o desmatamento dos biomas brasileiros, produzindo a utilização crescente de agrotóxicos e amplo envenenamento do ambiente que produz consequências graves para a natureza como um todo e para a própria humanidade.

Outra contradição ambiental é a sobre exploração dos bens hídricos, que são destinados principalmente para grandes extensões irrigadas e áreas de confinamento (cerca de 70% dos pedidos de outorga existentes são para irrigação).

Esta situação bloqueia a Reforma Agrária que deixou de ser o programa político que é fundamental para a superação da fome.

A ausência do poder público no combate a violência no campo; desapropriação indevida de terra em benefício de grandes latifúndios; aumento da violência no campo, sem providências por tanto do poder público estadual; implantação de hidrelétrica; ameaças aos povos indígenas; diminuição dos programas de financiamento da agricultura familiar; utilização indevida de agrotóxico; violência contra as mulheres; assédio moral e intimidação aos povos por parte dos violadores; contaminação de rios para que as águas não sejam consumidas pelas populações locais; “cercamento” de lotes produtivos de plantação de alimentos para as comunidades e a liberação indevida do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a exploração da terra, são situações que violam as vidas das comunidades e suas famílias.



Segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens, existem no Brasil mais de duas mil barragens, que causam a expulsão de cerca de um milhão de pessoas de suas terras. QEste modelo energético beneficia grandes empresas e causa sérios impactos sociais e ambientais,

5.1 Indicativos para o Brasil que queremos

- Fortalecimento e investimento no Programa de Aquisição de Alimentos- (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar-Pnae. Que sejam ampliadas as possibilidades de dinamização do campesinato, para além do crédito.
- Assistência técnica a baixos custos e uma transição agroecológica massiva. O investimento em agroindústrias de pequeno, médio e grande porte também tem o potencial de ampliar a capacidade de produção e comercialização dos alimentos.
- Soberania ambiental: construção de mudanças na forma de usar os bens da natureza, objetivando seu uso comum na organização da produção e nas relações sociais.
- Os intercâmbios, campos de experimentação, sistematização de experiências devem estar ligados ao fortalecimento dos institutos federais de vocação agrária.
- Universalizar a assistência técnica com base agroecológica e na educação popular, impulsionando as práticas agroecológicas, trabalhando com metodologias já bem desenvolvidas.

- Efetivar a Reforma Agrária Popular, com estímulo à agricultura familiar camponesa e geração de ocupações e empregos rurais e urbanos.
- Retomar o debate sobre o limite da propriedade rural. A extensão máxima desta deve variar de acordo com o território nacional, seguindo os parâmetros do módulo fiscal, chegando a um máximo de 35 módulos fiscais, como já proposto no Plebiscito pelo Limite da Propriedade, do Fórum Nacional de Reforma Agrária.
- Realizar desapropriações para fins de reforma agrária das terras que não cumpram sua função socioambiental, e organizar assentamentos em regiões estratégicas.
- Garantir o Direito ao território das comunidades tradicionais Manutenção, consolidação, ampliação, demarcação e reconhecimento dos territórios indígenas e dos povos e comunidades tradicionais. Assegurando a demarcação e o respeito aos territórios indígenas e garantindo a titulação de territórios quilombolas.
- Reconhecer territórios pesqueiros - articulado ao controle da pesca artesanal e industrial – e a estruturação de Unidades de conservação de Uso Direto Sustentável.

TETO/MORADIA

6

Atualmente, quase 85% da população brasileira vivem no meio urbano, resultado de um processo que ocorreu, sobretudo no século XX, paralelo a uma “industrialização com baixos salários”.

Nesse contexto, milhões de migrantes do meio rural foram para as metrópoles e resolveram sua necessidade de moradia sem o auxílio de políticas públicas – habitação, saneamento, mobilidade etc. –, concentradas nas regiões centrais e regidas pelo mercado imobiliário. Assim, o crescimento acelerado das cidades carregou as marcas do passado colonial e escravista, como vemos até hoje nas periferias com população predominantemente negra e que permanecem invisíveis, inclusive na representação dominante da cidade.

A apropriação dos recursos públicos e das melhores localizações para negócios ou retenção especulativa e o abandono das periferias e bairros centrais populares são as principais causas dos grandes problemas urbanos: a dispersão geográfica, que aumenta o custo da infraestrutura, causando: multiplicação despejos urbanos com violência; remoção dos pertences da população em situação de rua; moradias precárias; riscos de enchentes e alagamentos; descontinuidade de programa de políticas públicas de moradias; situação de insalubridade que vivem os catadores

de materiais recicláveis; falta de demarcação das áreas de risco; falta de medidas concretas do poder público para regularização das áreas ocupadas irregularmente e de alternativas de moradia em locais seguros; contratos de aluguel abusivos, especialmente com imigrantes; conjuntos habitacionais comandados pelo tráfico; epidemias decorrentes da proliferação de mosquitos e da coleta insuficiente do lixo.

6.1 Indicativos para o Brasil que Queremos

- Transparência e controle sobre o orçamento e investimento públicos com paridade racial e de gênero nos órgãos de controle e implementação de políticas públicas municipais.
- Participação ampla, efetiva e deliberativa no controle do orçamento e dos investimentos públicos municipais, buscando atender às regiões de maior necessidade, de acordo com os indicadores sociais.
- Conselhos municipais rotativos e itinerantes na cidade, com debates nos espaços periféricos.
- Criação e fortalecimento da articulação nacional das pastorais da moradia e favelas.
- Controle dos recursos públicos por meio do Orçamento Participativo.
- Garantir o acesso das camadas populares ao sistema de justiça para efetivar direitos ligados ao uso do solo e à função social da terra – como o direito à moradia, direito à mobilidade e ao saneamento.
- Implementar o Estatuto das Cidades, notificando os imóveis ociosos com o auxílio de tecnologias digitais e colaborativas.
- Garantir a ampliação e eficácia das áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (áreas destinadas a assentamentos habitacionais para população de baixa renda, existentes ou novos).
- Formular Planos Diretores mais eficientes para o combate à desigualdade urbana, incluindo cronogramas de ações, obras e investimentos.
- Garantir moradia popular em locais próximos aos eixos de transporte público e em bairros com oportunidades de emprego e renda.
- Acesso universal à moradia digna, rompendo com o padrão de atendimento ao “déficit habitacional quantitativo”, de provisão de grandes conjuntos habitacionais fora da cidade.
- Implementação eficiente pelo poder público do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Atualmente, o trabalho está em profunda transformação no Brasil e no mundo, na medida em que o aprofundamento da globalização financeira e da hegemonia neoliberal tencionam por uma flexibilização cada vez maior e por uma participação minguante do trabalho nas cadeias de valor. Nesse contexto, o avanço técnico e produtivo é utilizado apenas para aumentar a pressão sobre os trabalhadores, desequilibrando a já desigual relação entre capital e trabalho.

Para a desregulamentação do mundo do trabalho, o papel do Estado é fundamental. No Brasil, articulou-se um ataque brutal aos direitos e aos sistemas de proteção social com insistentes reformas trabalhistas e previdenciárias, uma agenda que amplia a liberdade do capital, facilitando as TRABALHO, EMPREGO E RENDA.

De maneira geral, as reformas são propostas e aprovadas em períodos de crise sob a promessa de gerar emprego e estimular a economia. No entanto, após um período de Precarização do trabalho - renda baixa, ambiente de trabalho precário e sub emprego - aumento da população economicamente ativa em situação de sub empregos, alguns elementos são perceptíveis: altos índices de desemprego; trabalho informal e adoecimento dos/as trabalhadores/as - maior vulnerabilidade; perda de direitos (situação agravada com as Reformas Trabalhista e previdenciária); trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão; ausência de seguridade social; fome e insegurança alimentar, tem ampliado a situação degradante dos trabalhadores brasileiros.

As mulheres são as mais afetadas diante das desigualdades, especialmente as vítimas da violência doméstica, porém são os coletivos que mais têm resistido e lutado nas várias frentes por democracia.

7.1 Indicativos para o Brasil que Queremos

- Organizar uma agenda emergencial de geração de emprego/trabalho, de ativação econômica, com afirmação dos direitos sociais.
- Criar frentes de trabalho para capacitação e inserção profissional em áreas mais candentes na sociedade brasileira, como meio ambiente, infraestrutura, cuidados e saúde.

- Revogar as reformas trabalhistas e previdenciária.
- Garantir os direitos trabalhistas a todos os/as trabalhadores/as de aplicativos.
- Fortalecer formas alternativas de criação de trabalho e de renda auto- organizadas e mais compatíveis com o desenvolvimento sustentável e com o bem viver, como as cooperativas, as redes de produção e consumo.
- Lutar pela redução substantiva da jornada de trabalho.
- Ter no horizonte, uma nova forma de organização social, que combine a dimensão ecológica, um novo padrão de produção e consumo, nova formas de sociabilidade e de valores humanistas.
- Adotar uma renda mínima universal, articulada com uma progressiva regulação do trabalho (ampliação de direitos e proteção), que garanta o acesso a bens fundamentais para a sobrevivência sem a necessidade de vender a força de trabalho, de modo a criar uma sociedade com maior nível de justiça social.
- Superar a dicotomia entre mundo produtivo e reprodutivo e eliminar a sobrecarga de trabalho doméstico realizado pelas mulheres e a consequente desigualdade de gênero no mercado de trabalho por meio do compartilhamento das responsabilidades familiares.

MUTIRÕES PELAS VIDAS

8

Os mutirões pelas vidas apresentarão um conjunto de debates específicos realizados pela 6ª SSB, com as categorias sociais, coletivos organizados pelo critério de geração, gênero ou raça que somam elementos do Brasil que Temos e Queremos e que agregam para a elaboração do Projeto Popular.

8.1. Vidas LGBTQIAPN+¹: por terra, teto e trabalho

Aqui você acompanha com mais detalhes as reflexões dos Mutirões:

<https://ssb.org.br/noticias/mutiroes-pelas-vidas-lgbtqia-por-terra-teto-e-trabalho/>



Na construção do projeto popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos povos”, a 6ª Semana Social Brasileira (SSB) realizou uma série de atividades com lideranças LGBTQIAPN+, no debate de acesso à Terra, Teto e Trabalho.

O Movimento LGBTQIAPN+ criou espaços onde foram plantadas sementes de vida que nutrem e enriquecem a construção de um mundo de mais justiça e igualdade, em que haja espaço para cada um florescer na diversidade. As desigualdades do acesso à Terra e à violência no campo se instalaram mais forte desde o golpe em 2016 no Brasil, e somente em 2022 foram registrados 25 assassinatos no campo; dentre estes, lideranças do movimento LGBT foram vítimas. Quando falamos de acesso à Terra, estamos falando de resistência, inclusive das lideranças LGBT.

A questão “moral” nestas violações são estratégias do capital de expulsar essas pessoas do campo por não serem “bem-vistas” pela sociedade, e o agronegócio cresceu em regiões exatamente onde tem pessoas com maior índice de pobreza e violência”.

No âmbito da Moradia, os desafios da comunidade LGBTQIAPN+ não são diferentes. Não adianta ter um albergue ou moradia social, e quando menos se espera tem uma ordem de despejo do governo. Estamos falando de uma população que é negada o direito à Terra, Teto e Trabalho, e muitas vezes é expulsa da sua própria casa para viver nas ruas e acabam se prostituindo. No Brasil 95% das mulheres trans vivem da prostituição. Pois existe uma vulgarização preconceituosa da identidade, mas também existe uma faixa de pobreza muito grande no país, e quando essa pobreza aumenta esse grupo já está vivendo em extrema pobreza.

“Pensar Teto e Trabalho para essa comunidade é pensar em tudo, é pensar no processo de abandono escolar que se torna hostil para essas pessoas, na família que expulsa essas crianças com 12/13 anos de idade, pois há um discurso que diz que essas pessoas são demônios, promíscuas”.

¹ A nomenclatura representa: lésbicas; gays; bissexuais; transgêneros; queer; intersexuais; assexuais; pansexuais; não-binária

É real a necessidade por parte do poder público uma Casa de Acolhida que acolha essas pessoas, que muitas vezes foram expulsas das suas famílias ou saíram do aluguel porque perderam os seus empregos. Há uma imagem de que essas pessoas não estão lutando por políticas públicas e que não vão envelhecer, e isso não é verdade. É importante enquanto sociedade essa questão: As pessoas LGBTQIAPN+ tem o direito à fé, a participação na igreja, a espiritualidade, e isso também é negado. Essas consequências refletem em Teto, pois participar desses lugares é também ter um Teto para se abrigar.

Em relação ao Trabalho, muitas vezes para conseguir um trabalho é necessário esconder suas identidades. É uma grande dificuldade das empresas em contratar. É preciso pensar como é feito e distribuído o Trabalho. Quem faz o trabalho de produção e reprodução? Onde estão essas populações e como o mercado está enxergando? É preciso se enxergar como classe trabalhadora para se opor a essa classe exploradora. Não pode-se falar em trabalho sem falar daqueles que nos roubam esse direito e entender que a sociedade é de classe, e de classe dominante.

8.2. Vidas das juventudes negras: relatos de resistência

Os principais desafios em ser jovem negro/a no acesso a Terra, Teto e Trabalho são: o racismo pela cor da pele ou pelos cabelos, em espaços públicos como supermercados, lojas, shoppings, universidades, hospitais. Também, há falta de conhecimento de seus direitos, falta de oportunidade de emprego (provocando a migração para outros estados do Brasil), dificuldades para ingressar nas universidades, violência e extermínio de jovens negros/as e falta de políticas públicas que favoreçam a juventude. Os impactos do racismo são a ferramenta usada para oprimir e inferiorizar, na tentativa de acabar culturalmente com um povo, deslegitimar uma existência. Muito presente nos dias de hoje, o racismo é usado como arma psicológica e, infelizmente, tem feito um estrago descomunal. Sem contar com o agravante socioeconômico, que veio como herança dos tempos escravistas e que tem influência direta na educação, no trabalho e na sociabilidade cultural.



Precisa-se urgentemente garantir que todos os jovens tenham acesso aos direitos fundamentais, numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, regionais, raciais e de gênero. Que haja políticas públicas adequadas às necessidades e anseios dos jovens e que eles/as sejam ouvidos e tenham os seus direitos garantidos.



Esperançar com os testemunhos e resistências dos povos.

Marcos André da Comunidades São Raimundo Brejo (MA):

“Minha educação foi em escolas públicas, concluí o ensino médio em Brejo e logo fiz vestibular especial para Educação do Campo, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em Bacabal. O que tenho a dizer para as crianças e os jovens dessas comunidades é que não desistam de seu objetivos, tenham sempre mente firme não ligue se disserem que você é negro e feio, porque dificuldade todo mundo vai encontrar e a gente não deve se deixar abater.”



Camila Leres, da paróquia de Cristo Rei de Chapadinha (MA), relata que começou a participar da Comunidade onde atua até hoje com espírito militante e em comunhão com as dores das comunidades tradicionais. Foi descoberta pela Pastoral da Juventude.

“Graças aos ancestrais e às santas, me tornei grande, apesar de ser baixinha, gosto de tambor e de me pintar. Apesar de ter encontrado esse caminho, foi um processo muito longo de movimento negro, até chegar às origens indígenas do povo Anapuru Muypurás.”



Ana Maria, do Quilombo Cana Brava de Santa Quitéria-MA, Formada em letras pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA:

“A luta no Quilombo Cana Brava iniciou no ano de 2011, mas minha consciência sobre a luta começou no ano de 2017. Quando entrei na universidade, tive que fazer uma declaração afirmando porque me considerava negra ou parda; lá mesmo ressaltei a importância dos ancestrais. No terceiro período do curso, uma professora me indicou a bolsa quilombola; lá mesmo eu já ressaltei a importância de conhecer minha história.”



José Ricardo, Karina Araújo e Ana Maria

“O povo do Quilombo Cana Brava resiste e luta com glória e com fé; em Deus teremos vitória, pois somos uma gente em busca de liberdade e valorizamos nossa luta com sinceridade. A nossa terra é linda e boa; tem rio e lagoa, tem festejo e tambor e muito trabalho artesanal, que constrói o cofo e o pote com valor. As frutas nativas são abundantes no território: pequi, murici, cajui estão entre as melhores, desde o começo da nossa história. Nossa terra, nosso chão aqui, nossos ancestrais viveram há muito tempo, aqui lutamos com confiança aproveitando tudo que nos foi deixado como herança. A nossa cultura é nosso patrimônio, está em nosso saber, em nosso fazeres e saberes, em nossa cor, nossos cabelos, no nosso jeito de andar e falar. A cada dia ficamos mais fortes, mais resistentes, valorizando tudo que é nosso, nossa história, nossa identidade, e inclusive nossa gente.”



Daniele Paiva é Acadêmica do curso de Educação do Campo, pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, em Teresina.

“Estudei em escolas públicas. O meu Ensino Médio foi no curso técnico de Agropecuária, na Escola Agrícola de João de Arraial-PI. Desde criança, eu tive muita dificuldade de aceitação por conta do meu cabelo volumoso. Pois, quando eu entrei na Unidade Escolar Santa Alice, eu senti um fortalecimento da cultura afro e comecei a me aceitar. Hoje, estudo no curso superior de Educação do Campo. Está sendo uma vivência de muito aprendizado, permitindo conhecer sobre as lutas e direitos que eu não sabia que existiam, como também reivindicar nossos direitos e políticas públicas. Um exemplo disso são as manifestações organizadas pela minha turma do curso, pelo acesso ao transporte para chegar à Universidade. Outro passo foi me inserir na pastoral afro diocesana. Minha mensagem é que devemos lutar a cada dia e persistir sempre pelos nossos objetivos.”



Franciane Nunes é Pedagoga, acadêmica do curso de Ciências Sociais da UEMA, no Município de Brejo (MA), Educadora Social (Programa de Assessoria Rural da Diocese de Brejo):

“Foi chamada para me engajar na comunidade e nas causas sociais; foi através das Santas Missões, foi um motivo para conhecer a importância da vivência comunitária, do participar e ter autonomia própria; nesse percurso, em meio de tantos desafios, consegui entrar na Faculdade, no Curso de Pedagogia; em 2016, foi convidada para compor a equipe do Programa de Assessoria Rural da Diocese, no acompanhamento das comunidades tradicionais; motivo os jovens a lutarem pelos seus sonhos e acreditarem sempre na defesa dos seus direitos’.



Diante dos testemunhos, percebemos que há muitas resistências, pois os/as jovens negros nos falam de várias maneiras. Seguem criando espaços de resistências, com o objetivo de mostrar sua cultura, por meio dos cabelos crespos, das religiões de matriz africana, do mundo da cultura, da música, da entrada na universidade via cotas, do empreendedorismo negro e juvenil, principalmente no mundo da comunicação e do design. Estes são alguns dos espaços que têm sido tomados, hoje, pelos jovens negros e negras. A música é um espaço de fala e grito, de denúncia e de anúncio. Suas duras letras de música são um brinde para a vida, na medida em que descreve com realismo tanta ameaça de morte e o seu desejo de viver, lutar e resistir. Uma resistência pautada na criatividade, na solidariedade e na coletividade. O movimento de resistência da juventude negra na atualidade guarda semelhança com o movimento histórico desencadeado pelos negros escravizados/as, considerando os avanços históricos e as conquistas.

8.3. Vidas das Mulheres

Norte do estado de Minas Gerais: pescadoras, geraizeira, quilombolas, acampadas e assentadas em situação de vulnerabilidade social, agravadas pelo empobrecimento e pelas violências de gênero, são extremamente afetadas pelas situações de desigualdades, reveladas no cotidiano da vida das famílias, como a falta de alimento, ausência de atendimento à saúde e a permanente insegurança vivenciada por todas as pessoas da família. Diante da realidade vivida, os principais sinais de violação identificados são:

- Falta de oportunidades de trabalho.
- Dificuldades de acesso à Terra para Trabalho.
- Dificuldades de acesso aos direitos no INSS, serviços e seguro desemprego, auxílio doença e aposentadoria para idosas e doentes, especialmente para as mulheres.
- Falta de representatividade na política, somos sempre vistos na hora de votar, mas depois temos pouca representatividade que nos defenda;
- Ameaças de jagunços com apoio da polícia.
- Intimidação da Polícia militar obedecendo ordens dos fazendeiros.
- Grandes proprietários de Terra influenciando órgãos públicos para negarem direitos e serviços às comunidades.

8.3.1. Esperanças

- Permanência nos territórios como sinal de resistência popular.
- Apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores, Comissão Pastoral da Terra e Caritas e entidades.
- A identificação dessas situações e as lutas estabelecidas pelas mulheres que protagonizam as transformações sociais e políticas estão alinhadas aos processos de formação popular e para a dinâmica do protagonismo popular. Elementos imprescindíveis para *O Brasil que queremos*.

AÇÕES DE CONVERGÊNCIAS

9

No cenário da grave crise climática, da urgência de transições energéticas e da competição por minério e água, os territórios da Amazônia se tornam cada vez mais estratégicos e relevantes.

Há grupos econômicos e opções políticas que continuam associando o desenvolvimento ao extrativismo predatório, considerando a Amazônia como um grande armazém de recursos a serem rapidamente saqueados. Outros grupos enxergam a Amazônia como uma oportunidade para as “economias verdes”, para investimentos tecnológicos das corporações e para mercados de carbono, em compensação das atividades poluidoras de outros países, especialmente do Norte Global. Finalmente, existem as economias dos povos da Amazônia, experiências ancestrais de convivência com este bioma, que protegem os territórios e que precisam estar mais conectadas aos ciclos da vida urbana, em rotas de economias circulares de auto sustentação e preservação.

A disputa dos territórios e das opções sobre o futuro da Amazônia é grande; existe também uma forte influência internacional, que proporciona financiamentos, impõe condições comerciais, mas, também, se beneficia do saque dos bens comuns retirados da Amazônia.

Neste contexto, por iniciativa especial do presidente do Brasil, Lula, e do presidente da Colômbia, Petro, os presidentes dos países da Panamazônia estão convocando um encontro, no marco do Tratado de Cooperação pela Amazônia, previsto para acontecer em Belém (Brasil), nos dias 8 e 9 de agosto de 2023.

O objetivo do encontro é “assumir compromissos políticos de alto nível para reverter a deterioração acelerada da Amazônia e trabalhar para sua restauração rumo a 2025 e 2030” .

O evento que está sendo organizado terá direta conexão com a Conferência das Partes pelo Clima (COP30), que em 2025 será realizada exatamente em Belém, destacando o valor decisivo das florestas para a manutenção do equilíbrio climático do Planeta.

9.2 A Cúpula para Amazônia e as atividades da sociedade civil

Os presidentes que se encontrarão em Belém apresentarão publicamente um documento de compromissos que está em construção desde maio deste ano, quando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil convocou em Brasília um seminário de três dias, com participação do poder público, de representantes do mundo acadêmico e da sociedade civil, para debater os principais temas ligados à defesa da vida na Amazônia. Um primeiro texto, resultado destes diálogos no Brasil, foi debatido numa nova jornada em Letícia (Colômbia), dias 7 e 8 de julho, com a presença de delegados dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Este “Encontro Técnico-Científico da Amazônia”, assim como foi denominado, teve a missão de chegar a um consenso sobre o documento final, que será apresentado em Belém.

A sociedade civil organizada da Amazônia, a partir das principais redes regionais, como o Fórum Social Panamazônico (FOSPA), a Rede Eclesial Pana-mazônica (REPAM) e a Assembleia Mundial pela Amazônia (AMA), juntamente às representações nacionais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, pesqueiras, etc.) começou a se mobilizar ainda antes de maio e produziu seis documentos temáticos de consenso , com cerca de 50 propostas, que foram entregues aos governos da região e também apresentados no seminário de maio, em Brasília.

Com base neste consenso, ainda aberto a novos acordos, estão sendo realizadas diversas ações de incidência para que o documento oficial dos governos contemple as propostas e reivindicações dos povos.

Os povos, as redes e os movimentos da Amazônia também estão organizando uma série de atividades em Belém, durante três dias de encontros, debates, marchas e celebrações, logo antes da Cúpula (5-7 de agosto). Esta assembleia dos povos será uma ótima oportunidade, também, para consolidar consensos e estratégias de ação rumo à COP30.

9.2.1 A participação da Igreja

A Rede Eclesial Pan-Amazônica teceu intensas relações e diálogos com as comunidades, os povos e os movimentos populares da Amazônia, especialmente em função do Sínodo da Amazônia e, em seguida, pela inspiração do Documento Final do Sínodo e dos quatro sonhos da Exortação Apostólica Querida Amazônia.

Também no caso da Cúpula dos Presidentes, a Repam está acompanhando desde o começo a organização da sociedade civil e o percurso apresentado acima, rumo aos dias de Belém e em vista dos passos seguintes, até a COP30. Para isso, divulga às comunidades informações sobre os documentos em construção coletiva, mantém diálogos institucionais com os órgãos ministeriais, participará das ações de incidência política em Letícia e mobilizará representantes no encontro de Belém, onde apresentará algumas atividades temáticas e oferecerá momentos de espiritualidade e fortalecimento da resistência dos povos.

Não podemos permitir que aumente ainda mais a exploração mineira na Amazônia (especialmente a caça ao ouro, com todas as consequências e impactos que isso provoca); ainda mais perigosa e contraditória é a exploração de petróleo na bacia amazônica. É urgente a titulação dos territórios indígenas e o reconhecimento das terras tradicionais, porque são estas comunidades aquelas que melhor preservam a Amazônia (LS 146); uma atenção especial precisa ser reservada às mulheres amazônicas, duplamente vitimadas nos contextos de extrativismo predatório, aos povos indígenas em isolamento voluntário e aos defensores/as dos direitos humanos e das comunidades, cada vez mais ameaçados.

9.3 Missão Mutirão em Defesa da Vida dos Povos e seus Territórios no Maranhão

A Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB) publicou o relatório “Mutirão em defesa da vida dos povos e seus territórios no Maranhão”

Veja na íntegra:

<https://ssb.org.br/app/uploads/2023/03/RELATORIO-MARANHAO-2.pdf>

O material expressa o resultado da missão que levantou a realidade das violações de direito e da dignidade humana que vêm impactando a vida de 35 comunidades de povos tradicionais, em seis municípios maranhenses: São Luís, Arari, Brejo, Caxias, São João Soter e Buriti.



A escuta se deu entre os dias 20 e 25 de junho de 2022, a partir de uma mobilização da 6ª Semana Social Brasileira. A Comissão mobilizou o regional Nordeste 5 da CNBB (Maranhão), a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, o Conselho Nacional do Laicato do Brasil, a Pastoral Operária, a Rede Jubileu Sul Brasil, a Articulação das Pastorais Sociais e a Rede Eclesial Pan-Amazônica do Maranhão neste Mutirão em Defesa da Vida dos povos e seus territórios no Maranhão.

9.4 Processo de escuta: um novo Plebiscito Popular

Os movimentos sociais e populares, as pessoas do campo e da cidade, com e sem vinculação partidária, foram às ruas em todos os cantos do país para enfrentar uma máquina eleitoral poderosa, recheada de muito dinheiro público, com muita intimidação, ameaças; com tudo isso, foi possível a resistência a um projeto neofascista e foi eleito um novo presidente, Lula.

Há muita luta e resistência acontecendo no campo e na cidade. A questão é a falta de um horizonte político comum, assim como foi, por exemplo, eleger Lula presidente, que possa fazer convergir energias, criatividade, mobilização, capacidade organizativa para algo em âmbito nacional e que possa ser construído a partir de cada local.

Com essa preocupação, a 6ª Semana Social Brasileira, a Rede Jubileu Sul Brasil e o Grito dos/ as Excluídos/as têm motivado e realizado um processo de escuta sobre a viabilidade de um Plebiscito Popular. Foi iniciado em fevereiro de 2023 um processo de escuta, realizado de forma virtual, que contou com 70 pessoas de diversas organizações sociais, movimentos populares, partidos políticos, sindicatos e igrejas. Desde então, já foram realizadas duas plenárias nacionais e três plenárias estaduais (Fortaleza, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). Em abril, um segundo encontro virtual foi realizado, reafirmando que há muita animação para tocar essa tarefa. Há de fato uma demanda para que as mobilizações voltem a ocorrer.

200

pessoas de diversas organizações sociais, movimentos populares, partidos políticos, sindicatos e igrejas participaram de um processo de escuta, realizado de forma virtual

Abaixo, alguns pontos para a discussão e compreensão de onde estamos neste processo de escuta.

9.4.1 De onde vem a proposta de um novo Plebiscito?

Proposta surge do debate sobre os rumos da política no Brasil de forma descentralizada, nos espaços da 6ª Semana Social Brasileira, da Rede Jubileu Sul Brasil e da Articulação do Grito dos/ das Excluídos/as, com o principal objetivo de fortalecer a mobilização e a articulação e apoiando a reconstrução democrática do país.

9.4.2 Qual o propósito do plebiscito?

Ter um instrumento, uma ferramenta de organização e luta onde todas as forças populares se unifiquem em uma única sinergia, com foco único, com uma meta síntese coletiva para atuar e dar força às mudanças tão necessárias para o Brasil na reconstrução democrática, e que o governo possa, com esse apoio popular, fazer as revogações necessárias e também propor políticas sociais.

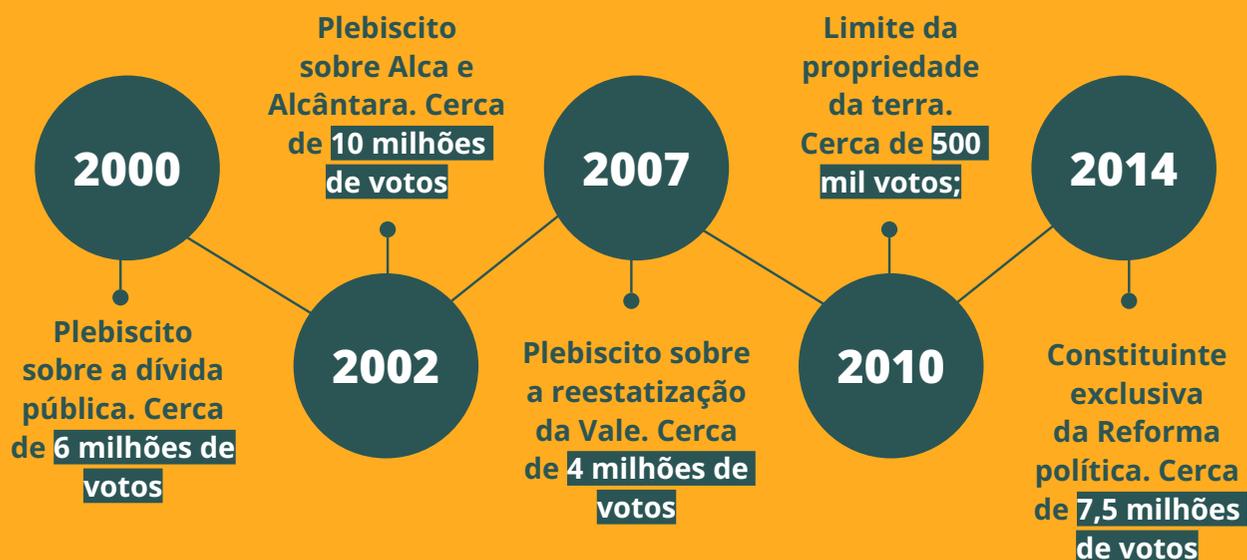
9.4.3 O que está definido?

Estamos num momento de diálogo e de escuta com os movimentos sociais e populares, as articulações, frentes, plataformas, pastorais, os estados e regionais. Nesta escuta queremos pensar juntos/as/es a viabilidade da proposta no atual contexto.

9.4.4 De onde vem os plebiscitos?

Surge como instrumento para pautar temas que não estavam na pauta, no debate político e na agenda dos movimentos sociais, dos quais destacamos os seguintes momentos: 3ª Semana Social Brasileira - resgate das dívidas sociais, em 1997; Simpósio sobre a dívida externa, em 1998; Tribunal da Dívida Externa no Rio de Janeiro, que contou com mais de 2 mil pessoas, em 1999; o Início dos plebiscitos populares nos anos 2000.

9.4.5 Plebiscitos realizados pelas organizações sociais



9.4.6 Por que acreditamos no processo de construção do plebiscito popular?

Os Plebiscitos Populares foram – e seguem sendo -- valiosíssimos instrumentos pedagógicos que ajudam a construir unidade/processos, fortalecer articulações e aproximação entre as organizações populares e a população não organizada. Também contribuem para a: **1) formação, proporcionando espaço de estudos; 2) organização, por meio dos processos locais, estaduais e nacionais; 3) agitação e mobilização.**

9.4.7 O que fazer para saber mais e se engajar?

Propomos que, nos mais diferentes espaços, possamos motivar esse debate sobre o Plebiscito Popular em reuniões, formações, assembleias, coordenações, direções. Algumas perguntas são indicadoras: o Plebiscito Popular seria viável na conjuntura atual do Brasil? Em que aspectos? Quais temas são prioritários no caso de realização de um Plebiscito Popular?

Segue link de notícia sobre a primeira plenária

<https://jubileusul.org.br/noticias/organizacoes-discutem-plebiscito-popular-para-mobilizar-as-mudancas-que-o-brasil-precisa/>

9.5 Grito dos/as Excluídos/as 2023: você tem fome e sede de que?

O ano de 2023 chegou carregado de expectativas de mudanças e retomada do país. Depois da posse presidencial, a mais simbólica de nossa história, o povo subindo a rampa, presenciamos, uma semana após, cenas de terror saídas dos esgotos do lixo da história: violência, destruição e vandalismo. A Esplanada e a sede dos três poderes depredados e a democracia violada de forma que nunca havíamos visto antes. Mas, nada como um dia atrás do outro. Aos poucos, as tarefas de reconstrução da nação vão tomando conta do país.

A reconstrução da ainda tímida capacidade do Estado de atender as demandas de políticas públicas de combate à fome, à violência contra o povo preto e pobre nas periferias, contra às mulheres e à população LGBTQIAPN+; que garantam o respeito aos territórios indígenas e quilombolas; habitação digna; a reforma agrária; o fortalecimento da democracia, da soberania. Além disso, temos o desafio da construção de um projeto popular.

O 29º Grito pergunta “Você tem fome e sede de quê?”, abrindo a possibilidade de enraizar a escuta cada vez mais, adentrar às comunidades do campo, da floresta e da cidade, do centro e da periferia. Para que, em mutirão, possamos responder a essa questão e, ao mesmo tempo, buscar soluções que acabem com toda forma de exclusão e violência.

Aos poucos, fomos compreendendo que só com participação popular, construção coletiva, de baixo para cima, é que podemos encontrar soluções para os tantos problemas que afligem nosso povo, sobretudo os pobres e excluídos. Até porque sabemos que as políticas públicas sozinhas não conseguem suprir essa nossa fome e sede. O povo precisa tomar a política, como um todo, em suas mãos e tirá-la das mãos do mercado, que fica nervoso quando se fala em colocar os pobres no orçamento público federal. Mercado esse controlado por poucas organizações financeiras que alimentam velhos bilionários e geram os novos - só na pandemia foram mais de quarenta. Tirar também a política das mãos do latifúndio, do agronegócio, dos bancos, das instituições de saúde e educação privadas e de fundamentalistas religiosos.

Precisamos incentivar e promover o debate político sobre os rumos que o país deve seguir, para que possamos avançar na organização popular e fazer cumprir as promessas de campanha apresentadas com as quais vencemos eleitoralmente o fascismo, a ser derrotado todos os dias. A prática dos movimentos populares e sindicais, das pastorais sociais e comunidades, somada à formação e educação popular, nos mostram o quanto a organização popular é necessária nesse processo.

O Grito tem como objetivo valorizar a vida e anunciar a esperança de um mundo melhor. Incentivar ações que fortaleçam e mobilizem as pessoas para atuarem nas lutas locais, denunciar as injustiças e os males causados por este sistema neoliberal, que exclui, degrada e mata, concentra a riqueza e renda nas mãos de alguns e impõe a miséria para milhões.

9.5.1 Objetivos específicos

1

Animar a mobilização de comunidades e grupos excluídos/as na luta por direitos básicos (saúde, educação, habitação, alimentação, segurança, transporte, lazer...) para descerem das arquibancadas, deixar de ser plateia e participar do jogo por mudanças estruturais. Mudanças que só virão de baixo para cima;

2

Motivar e incentivar a criação de espaços de debate e formação sobre (in)segurança alimentar, nutricional e soberania alimentar; a realização de mobilizações solidárias da sociedade civil organizada, lideranças comunitárias, sindicatos, associações, movimentos populares e da população com campanhas de distribuição de alimentos; cobrar do Estado políticas públicas de inclusão social e econômica para o combate e erradicação da fome;

3

Motivar e incentivar a criação de espaços de debate sobre o tema da água /sede, compreendendo que o Brasil é o país com a maior reserva de água potável do mundo, um bem comum e patrimônio estratégico do povo brasileiro e não mercadoria. Para quê e para quem serve a estratégia de apropriação privada da água em nosso país?

4

Estimular as pessoas a refletirem quais outras “fomes e sedes” a classe trabalhadora tem atualmente? Como o Estado, responsável pela criação de políticas públicas, pode melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro?

5

Defender o acesso à terra, teto e trabalho, no campo ou na cidade; defender e incentivar a agricultura camponesa e familiar, baseada na Agroecologia, no acesso a alimentos saudáveis, na Soberania Alimentar; defender a Mãe Terra, rios e florestas e o direito dos povos Indígenas, Ribeirinhos e Quilombolas aos seus territórios.

Acesse a Roda de Conversa do 29º Grito dos Excluídos e Excluídas

<https://ssb.org.br/app/uploads/2023/08/Rodas-de-conversas-Grito-2023.1.pdf>

9.6 Ação Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais

Mesmo com o cenário de pandemia da Covid-19, entre março de 2020 e fevereiro de 2021, mais de 1.156 famílias sofreram ações de despejo e foram removidas de suas casas, em todo o Brasil. Outras mais de 64.546 famílias continuam ameaçadas de ter o mesmo destino. Os dados são da “Campanha Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade”.

Comprometida com o protagonismo da população em situação de vulnerabilidade social, com a garantia de direitos e a luta necessária diante das dívidas sociais persistentes no país e agravadas com a pandemia, a Rede Jubileu Sul Brasil, 6ª Semana Social Brasileira e Central dos Movimentos Populares deu início à ação “Sinergia Popular: Moradia é um direito social – despejo não” com o objetivo de fortalecer os processos de luta e resistência já em curso nas cidades e com especial atenção às mulheres nestas áreas de conflito e ocupações urbanas.

As atividades tiveram início em 16 de abril e seguem até o dia 15 de dezembro de 2021, com o objetivo de contribuir para que comunidades estruturem respostas aos impactos gerados pelos conflitos urbanos. Esta ação tem abrangência nacional, com foco nos municípios do Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM) e Fortaleza (CE), territórios que contam com uma equipe para articulação, bem como assessoria jurídica, de comunicação e pedagógica. Hoje, além dos municípios citados, estão incluídos na ação Salvador (BA), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP).

As ações estão estruturadas em três eixos complementares:



Entre os objetivos da iniciativa estão o envolvimento de instituições públicas e da sociedade civil com a organização de comunidades de resiliência frente aos conflitos urbanos; fortalecimento de mecanismos aprimorados de proteção e reparação aos setores populares envolvidos nos conflitos urbanos, com base na função social da propriedade e na garantia da moradia digna, além de incidir para a redução de medidas de despejo ou deslocamento compulsório das comunidades em casos de conflitos urbanos decorrentes de especulação imobiliária, obras públicas ou reintegração de posse.

Confira aqui os materiais de formação elaborados para a ação:

9.7. Encantar a Política

O Papa Francisco convoca-nos a participar da renovação da Igreja, todos protagonistas. Da mesma forma, a sociedade civil, com as suas instituições democráticas, clama por qualificada dedicação cidadã, para que seja vivido novo tempo, alcançadas respostas novas, urgentes à construção de um mundo melhor. Por isso mesmo, nenhum cristão pode permanecer alheio à tarefa de contribuir para que a sociedade se torne mais justa, solidária e fraterna: é compromisso de fé dedicar atenção à política, buscando resgatar a sua nobre vocação – singular expressão da caridade.

A fé cristã, autenticamente vivida, pode oferecer contribuições para debelar os costumeiros “tons de guerra” que emolduram deliberações na esfera pública. Não é atitude cristã promover ataques que simplesmente buscam destruir aqueles de quem se discorda. Também não é postura condizente com os ensinamentos de Jesus procurar defender privilégios, interesses egoístas, impondo ainda mais sacrifícios para quem já tanto sofre. Urge especialmente uma cidadania que não se restringe ao obediente seguimento de ideologias, sem autocríticas ou reflexões. É preciso ir além, partindo do Mandamento do Amor, para efetivamente reconhecer que o outro, inclusive aquele com quem se diverge, é irmão.

Trata-se de caminho desafiador, mas essencial para que a política seja efetivamente um serviço – e não atalho para conquistas pessoais. O Papa

Francisco, considerando a realidade latino-americana, as dificuldades enfrentadas no continente, orienta: “Fazer política inspirada no Evangelho

a partir do povo em movimento pode se tornar uma maneira poderosa de sanar nossas frágeis democracias e de abrir o espaço para reinventar novas instâncias representativas de origem popular.

É importantíssimo, pois, qualificar sempre mais a cidadania com a luz que vem de Cristo, efetivando uma genuína cidadania eclesial - a serviço da fraternidade social, do enfrentamento das exclusões e injustiças.

Os temas para aprofundamento na colaboração para o Encantamento da Política são: A universalidade do amor cristão; alargar o conceito do amor ao próximo; solidariedade como valor; buscar o Bem Comum; o Bem Comum e a paz social; amizade social e ética na política; realidade atual da política; diferentes espaços da Política; as grandes causas do evangelho; evangelização e Política; paz fundada na Justiça, causas estruturais da pobreza e para uma civilização do amor.

Para mais informações acesse o link:

<https://cnlb.org.br/encantarapolitica/>



9.8 Campanha Contra a Violência no Campo

“Queremos encontrar uma saída para que a violência no campo possa diminuir e acabar, a partir da nossa participação, incidência política, cobrança junto às instâncias do governo a nível federal, estadual e municipal, e com a nossa ação direta a partir das pastorais, do trabalho da CPT e a partir do trabalho de cada organização e movimento popular que também abraça esta causa”, Dom José Ionilton, presidente do CPT Nacional, em vídeo-depoimento.

A Campanha Contra Violência no Campo é formada por mais de 60 organizações e movimentos sociais e pastorais que unem forças diariamente na busca por justiça, reconhecimento e visibilidade da pauta, com o objetivo de fortalecer as ações de enfrentamento à violência no campo.

“A campanha é um instrumento de resistência contra o aumento da violência e da impunidade que é gerada por meio do Estado. Infelizmente, sem a regularização fundiária, a tendência é que essa violência cresça. Torcemos muito para que, em breve, possamos interromper a campanha com o estabelecimento de uma reforma agrária”, destaca Jardel Lopes, articulador da campanha.

As principais demandas da campanha também engloba dialogar e sensibilizar a opinião pública nacional e internacional, articular redes de apoio às vítimas dos conflitos do campo, anunciar a proposta de reforma agrária popular e demarcação dos territórios para o campo brasileiro e tornar pública a real situação de conflitos que ocorrem no campo, nas águas e nas florestas.

“Assim como a questão agrária não é somente uma questão para quem está no meio rural, a violência no campo também atinge diretamente quem está na cidade. Quanto menos os povos ocuparem terra e território, mais violência, menos comida saudável e meio ambiente teremos”, completa Letícia Chimini.



Em agosto de 2023, a Campanha Contra Violência no Campo celebrou o seu primeiro ano em prol do enfrentamento à injustiça, à opressão e à desumanidade sofridos pelos que resistem em defesa das suas terras e de seus territórios.

Segundo dados do Caderno Conflitos no Campo Brasil, em 2021 foram registrados 33 casos de tentativas de assassinato, e em 2022 cerca de 123 casos. Um aumento de 272% em relação ao ano anterior.

O debate também trouxe à memória o Massacre do Rio Abacaxis, ocorrido em agosto de 2020, próximo a Manaus. Na ocasião, ribeirinhos e indígenas Munduruku foram mortos durante uma ação policial da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

O estudo registrou, durante o governo Bolsonaro, um total de 136 pessoas assassinadas por estarem na linha de frente nos processos de luta, organização e resistência em defesa dos seus territórios.

Ao apresentar dados do relatório Violência Contra Povos Indígenas no Brasil, Antônio Eduardo, secretário executivo do Cimi destaca:

“O ano de 2022 encerrou um ciclo de 4 anos no qual nenhuma terra foi demarcada. O poder executivo não apenas ignorou a obrigação constitucional de demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários como também atuou na prática para flexibilizar esse direito. Houve uma intensificação na violência, que refletiu um ciclo de violação sistemática e ataque direto à luta desses povos”.

O relatório apresentou 416 casos de violência contra a pessoa e 180 assassinatos de lideranças indígenas em 2022. Em relação à omissão do Estado, foram registrados 243 casos, sendo 87 deles por desassistências na área de saúde.



Confira a Live de 1 ano da campanha, completa no Youtube:
<https://www.youtube.com/watch?v=35Fnhood-aM>

9.9 Articulação Nacional da Pastoral da Moradia e Favela

Com os objetivos de fortalecer o compromisso comunitário e social, a partir de uma espiritualidade libertadora; articular, organizar e capacitar lideranças pastorais e locais; promover e apoiar a organização popular, sobretudo, para o acesso às moradias e propor e monitorar políticas públicas, a articulação da pastoral da Moradia e Favela, vem organizando e facilitando processos de articulação e planejamento das ações e demandas específicas para o fortalecimento desta iniciativa.

As estratégias são:

- Mobilizar a paróquia ou a diocese para a necessidade de organização da Pastoral da Moradia e Favela onde não tem, e fortalecer onde tem.
- Animar e estimular processos de formação para lideranças e fomentar grupos comprometidos, como referência para a criação da Pastoral da Moradia e Favela, considerando os seguintes elementos: visitas permanentes para criar uma proximidade com as pessoas na periferia; escuta e diálogo a partir dos anseios, necessidades e urgências; atuação e trabalho em conjunto com outras pastorais e organizações; garantir momentos com reflexão, oração, compreensão dos direitos, entre outros; fortalecer as lutas que já existem na comunidade: acesso à água e ao esgoto, diante das situações de risco ou enchente, diante da violência, por espaço comunitário etc; promover a educação popular e cultura, como ferramentas de mobilização de base para apoiar a formação de sujeitos críticos e atuantes na realidade local e integrar a espiritualidade cristã libertadora com os anseios e as necessidades por vida digna a partir de uma mística popular de luta, com o respeito à diversidade religiosa presente nas lutas populares.

Acesse o link e encontro o subsídio para a Articulação Nacional da Pastoral da Moradia e Favela

<https://ssb.org.br/app/uploads/2023/03/PASTORAL-DA-MORADIA.pdf>



9.10 Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

A *Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão* é uma organização que teve início em 2011, como resultado da união entre lideranças quilombolas e indígenas que se mobilizaram após o assassinato da liderança quilombola Flaviano Pinto Neto. O crime ocorreu em razão da luta da comunidade quilombola do Charco, em São Vicente Férrer, pelo direito à terra. O fazendeiro acusado de ordenar o assassinato, Manoel Gentil Gomes, havia sido preso, mas foi solto mediante *habeas corpus* concedido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Diante dessa situação, os povos tradicionais decidiram ocupar a sede da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em São Luís, para reivindicar a regularização e titulação das terras quilombolas. A mobilização contou com a presença de agentes das Pastorais Sociais da Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB): Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), hoje conta com a contribuição do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Durante o acampamento, que durou de 1º a 10 de junho de 2011, parte do grupo entrou em greve de fome, exigindo a presença da Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. A situação se agravava devido às ameaças de morte que os quilombolas sofriam, com 70 pessoas marcadas para morrer por defenderem seus territórios. No dia 22 de junho de 2011, a presidente Dilma Rousseff se reuniu com representantes das comunidades quilombolas de 167 territórios e de 47 municípios maranhenses, além de movimentos populares e deputados.

A Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão foi se consolidando como um espaço fundamental de articulação de povos e comunidades tradicionais que estão desde suas ancestralidades, num movimento anticolonial em defesa dos seus territórios tradicionais. A Teia é, desde sempre, esse espaço de articulação desses povos que estão nessa luta.

A partir dessa mobilização dos quilombolas, com apoio de alguns povos indígenas, o movimento começou a crescer e percebeu-se que vários outros povos originários e comunidades tradicionais maranhenses tinham a mesma pauta, permanecer na terra e proteger seus territórios e toda sua criação, do avanço desenfreado do agronegócio, que por meio de grilagens de terras, tudo tomba para o plantio da agricultura intensiva e a obtenção de altos rendimentos a partir de uma exploração agressiva da terra, com o aumento de aplicações químicas de insumos, inclusive aplicações aéreas que afetam diretamente as comunidades, causando graves perigos para a natureza e para o corpo humano.

Desde então, a *Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão* vem se consolidando como um espaço fundamental de articulação desses povos, na luta por seus territórios tradicionais e na resistência ao processo de colonização, que visa apagar a pluralidade dos povos, suas cosmologias, saberes e sabores. A Teia é, portanto, um importante instrumento de luta anticolonial. De acordo com Pavon-Cuellar (2021), a luta anticolonial é um movimento político, social e cultural que busca resistir, contestar e eliminar o sistema colonial e suas estruturas de dominação. Ela emerge das experiências de colonização, nas quais potências coloniais impuseram seu domínio sobre territórios e populações, explorando recursos, impondo sua cultura e instituindo sistemas de opressão. Assim, este movimento desafia as estruturas de poder e opressão impostas pelo colonialismo, promovendo a emancipação e a liberdade das nações e comunidades afetadas.

Destaca-se que em uma assembleia da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão realizada no Território Quilombola Janaubeira-Benfica, município de Santa Helena, estado do Maranhão, em 2022, os participantes se comprometeram a ajudar a criar florestas e a preservar a Mãe Terra como nossa casa comum (Figura 1). O Papa Francisco também aponta para o desenvolvimento humano integral com foco no protagonismo dos Povos em toda a sua diversidade como uma meta a ser perseguida.

9.11 Semana do Migrante

Realizada pela Pastoral dos Migrantes (SPM) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com apoio da obra episcopal Misereor, da organização Adveniat, da Puentes de Solidaridad e da Rede Clamor, realiza a Semana do Migrante, que chega em sua 38ª Edição.

Neste ano, 2023 o tema é Migração e Soberania Alimentar, e o lema é ‘Para o Migrante, Pátria é a terra que lhe dá o Pão’.

A Semana do Migrante é marcada pela comunhão com a campanha da fraternidade 2023, que tem como tema, Fraternidade e Fome. Uma questão muito importante, pois a falta de acesso a alimentos saudáveis e nutritivos é uma realidade para muitos brasileiros, não apenas para migrantes e refugiados, que muitas vezes enfrentam a fome e a miséria imposta pelas desigualdades. Por isso, é essencial que discutamos a importância da soberania alimentar para garantir que todos tenham acesso a uma alimentação saudável e adequada.

“A Semana do Migrante é um momento forte de conscientização e de acolhida ao Migrante”, afirma Dom José Luiz, que faz referência à fala do Padre Alfredo Gonçalves, missionário scalabrianiano: “Não que o flagelo da fome seja provocado diretamente pela migração, mas porque esta

última representa, não raro, a fuga de uma série de carências, entre as quais destaca-se a impossibilidade de garantir ‘o pão nosso de cada dia’ com o próprio trabalho. A mobilidade geográfica tem como anseio e horizonte a mobilidade social: a pessoa busca, por meio da mudança de lugar, região ou país, um nível de vida melhor, para si mesmo e para os familiares”.

O cartaz traz a referência da potencialidade do Brasil para uma soberania alimentar plena, reforçada pela pluralidade cultural que a cada vez mais é reforçada pela migração, extremamente presente no Brasil. Toda essa potencialidade é liderada pelas pessoas que verdadeiramente constroem e impulsionam o país, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres e homens negros e negras, indígenas, povos tradicionais, e imigrantes das mais diversas partes do mundo.

Acompanhe mais sobre o trabalho do Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM.

<https://spm nacional.org.br/>



O BRASIL QUE QUEREMOS: O BEM VIVER DOS POVOS

10

Porque falamos no Bem Viver dos Povos?

A Terra é um organismo vivo, não é uma coisa. E isso, fundamentalmente, distingue o que é bem-estar do que é Bem Viver. O Bem Viver não é distribuição de riqueza. Bem Viver é abundância que a Terra proporciona como expressão mesmo da vida. A gente não precisa ficar buscando uma vantagem em relação a nada, porque a vida é tão próspera que é suficiente para nós todos/as.

Temos que pensar em ajudar a formar seres humanos para habitar uma Terra viva. Se não formos capazes de nos inspirar para criar corpos vivos para uma Terra viva, não vamos experimentar o Bem Viver. O Bem Viver são corpos vivos em uma terra viva. A gente não pode incidir sobre a Terra como se a gente fosse uma máquina retroescavadeira.

Para Juliana Gonçalves no artigo “O Bem-Viver e a radicalidade de sonhar outros mundos”. “Bem Viver” é um nome novo usado para conceitualizar a cosmovisão de comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo. É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar. Há correspondências do Bem Viver em muitas comunidades tradicionais e seus modos de organização antes da colonização sofrida na América Latina e no continente africano. Para povos que viveram o massacre físico e epistêmico da colonização e escravidão, o Bem Viver é uma inspiração que nos permite sonhar outros mundos.

Nos mutirões da 6ª Semana Social Brasileira, muitos foram os sonhos e desejos de um Brasil que esteja articulado com as reais necessidades de todos os povos, com suas diversidades e necessidades distintas. Apresentamos abaixo, alguns dos elementos trazidos a partir das denúncias das violações dos Direitos Humanos e da natureza que foram destacados nos espaços de conversa e debate. O Brasil que Queremos para o Bem Viver dos Povos perpassa pelos seguintes elementos:

- Um país livre, justo e soberano, fundado na solidariedade e na igualdade social, onde os direitos individuais e coletivos sejam o centro da agenda política.
- O Estado brasileiro deve ter seu caráter distributivo fortalecido e seus espaços de participação ampliados. Deve promover o desenvolvimento econômico e social de maneira democrática e respeitando a natureza.
- É necessário construir um novo projeto de sociedade, orientado por valores e por estratégias capazes de promover a distribuição da riqueza, da renda, da terra, do poder e do saber, criando oportunidades para que todos os brasileiros/as possam viver com justiça, dignidade e alegria.
- Esta nova sociedade já vem sendo construída, pelos movimentos populares, pela sociedade civil, na luta contra o projeto dominante. O novo é visível nas lutas por Terra e água, na batalha por direitos sociais e políticas públicas, na defesa do meio-ambiente, nas iniciativas de produção alternativa, em todos que, de diferentes formas, procuram viver a verdadeira democracia, a cooperação e a solidariedade.

- Apostar nas pessoas e nos sujeitos coletivos como construtores da sociedade e ampliar a democracia representativa.
- Fomentar a democracia participativa e direta e abolir todo e qualquer tipo de exclusão social com respeito à diversidade e pluralidade.
- A defesa de uma democracia que seja exercida a partir dos interesses das maiorias empobrecidas e voltada para a resolução dos seus problemas.
- Alterar radicalmente a lógica econômica que tomou conta do Brasil em que o progresso se subordina aos interesses econômicos e não sociais – uma racionalidade que também subjuga a natureza; inverter as prioridades e colocar as pessoas humanas e suas necessidades básicas no centro de qualquer projeto.
- Que o Brasil seja soberano e recupere as riquezas nacionais, respeite e valorize a biodiversidade.
- Que o Trabalho seja fonte de valorização pessoal e tenha remuneração digna e garantias dos direitos trabalhistas.
- Que as cidades sejam humanizadas, através de uma reforma urbana profunda, com garantia de moradia digna a todos/as.
- Que o sentido primordial da Terra com sua destinação universal como patrimônio comum da humanidade, respeite o meio ambiente e a biodiversidade. Que seja feita a Reforma Agrária e a regularização fundiária das comunidades tradicionais e se garanta a soberania alimentar.
- Promover a formação para a cidadania. Retomar e fortalecer a metodologia das Assembleias Populares, com a criação de Tribunais Populares, pela democratização do Judiciário e do acesso à justiça e a reestruturação do Sistema de Segurança Pública.

Para avançar na direção do Projeto Popular, há inúmeros desafios que se relacionam tanto à construção de um Projeto Popular para o Brasil quanto à vivência dos princípios e dos valores que deverão orientar a nova sociedade que queremos.

Entre os desafios apontados pela 6ª Semana Social Brasileira, destacam-se:

- Refletir sobre política e cidadania dentro e fora da Igreja.
- Avançar nas parcerias com os diferentes movimentos sociais e as diferentes expressões de fé.
- Utilizar e vivenciar metodologias realmente inclusivas, com base na comunicação não violenta.
- Formar multiplicadores/as para a transformação da sociedade.
- Não ter medo do conflito, que vai acontecer em sociedade altamente autoritária como a nossa.
- Compreender a questão da reforma agrária a partir da ótica das mulheres.
- Compreender o direito à cidade combinando a dinâmica de pensar o Teto e os espaços urbanos.
- Revalorizar e reinventar o Trabalho humano e reaprender o trabalho dotado de sentidos.
- Retomar os lutadores/mártires das lutas por direitos no país.
- Fortalecer o combate e denúncia do machismo, homofobia, racismo e patriarcado.



VAMOS CONSTRUIR O PROJETO O BRASIL QUE QUEREMOS: O BEM VIVER DOS POVOS?

11

Nossa motivação é para que cada regional da CNBB, dioceses ou prelazias, comunidades e movimentos, elaborem um Plano de Incidência Local - PIPL. Os PIPL devem ser enviados à secretária executiva da 6ªSSB, para serem organizados em síntese e apresentados no Seminário Nacional nos dias 23 a 26 de novembro, em Brasília-DF. Serão estes Planos de Incidência Política Local, que irão inspirar um Plano de Incidência Nacional-PIP.

11.1 Plano de Incidência Política Local-PIPL

O que é incidência Política?

A incidência política abrange todas as atividades destinadas a mobilizar pessoas, grupos ou organizações na colaboração com uma solução para um problema socioeconômico, a fim de pedir, convencer ou, em certos casos, pressionar atores e/ou autoridades responsáveis para que realizem medidas de transformação das violações levantadas.

Sugerimos sete pontos para a elaboração de um Plano de Incidência Política:



Definição de objetivos – determinar onde se deseja chegar e, principalmente, onde se pode chegar ao incidir no desenho de uma política pública/projeto de lei.

A large, stylized number '2' in orange and yellow, with a horizontal line extending to the right from its base.

Produção de conhecimento – fazer incidência é um processo que precisa estar subsidiado em informações técnicas, consistentes e baseadas em evidências.

A large, stylized number '3' in green, with a horizontal line extending to the right from its base.

Mapeamento de interlocutoras/es e espaços de participação – mapear e estudar cada interlocução, bem como suas relações, colabora para fazer a incidência de maneira mais objetiva e eficiente.

A large, stylized number '4' in blue, with a horizontal line extending to the right from its base.

Parceria e engajamento – construir pactos, redes e coalizões, ainda que informais, são aspectos que fortalecem o trabalho de articulação.

A large, stylized number '5' in blue, with a horizontal line extending to the right from its base.

Estrutura e posicionamento institucional – dispor de tempo e ter paciência para compreender o funcionamento da burocracia estatal, formação da equipe interna, mecanismos de transparência bem estabelecidos e acesso a financiadores são cuidados importantes para uma boa atuação.

A large, stylized number '6' in green, with a horizontal line extending to the right from its base.

Comunicação e mobilização – dialogar com a imprensa, produzir e publicar narrativas e produtos de comunicação, de maneira objetiva e direta, visando estabelecer ou fortalecer novos pontos de vista sobre o tema.

A large, stylized number '7' in pink, with a horizontal line extending to the right from its base.

Negociação – saber comunicar, ouvir, priorizar e ceder. Fazer incidência exige um processo organizado e planejado e demanda flexibilidade e abertura a cada etapa do trabalho.

11.2 Roteiro para elaboração

Passo 1: Definir a instância que será responsável pela construção e implementação do Plano de Incidência Política Local.

Exemplos: coordenação da 6ªSSB; coordenação das Pastorais Sociais; alguma pastoral específica; movimentos populares; comissão de Incidência.

Passo 2: Fazer a leitura deste documento. Pode ser uma leitura dinâmica no coletivo ou individual. O importante é compreender as intencionalidades deste processo, que estão neste documento.

Passo 3: Cada instância deve priorizar até três VIOLAÇÕES relacionadas a cada T (Terra, Teto e Trabalho) da 6ª SSB. Ou seja, serão 9 violações.

Dicas:

- Buscar nos relatórios das ações realizadas sobre o Brasil que Temos e identificar as violações.
- Realizar Seminários, Rodas de Conversa ou Encontros (O Brasil que Queremos) para identificar as violações e ações de incidência política. Uma equipe menor pode detalhar o Plano de Incidência Político Local.

Passo 4: Para cada VIOLAÇÃO, indicar até três AÇÕES DE INCIDÊNCIA POLÍTICA para os próximos três anos, que devem ser realizadas pelo Regional ou outras instâncias locais.

Passo 5: Definir as responsabilidades (quem, como e onde) para encaminhamento das ações.

Importante:

Em cada regional/pastoral, esse plano poderá ser mais detalhado, com indicação de recursos, formas de monitoramento e avaliação etc.

Os Planos de Incidência Política Local, devem ser registrados na Planilha O Brasil Que Queremos, até dia 01/11/2023, no seguinte link:
<https://forms.gle/hgHK9kEZ3Y32y98y8>

Para qualquer informação, estamos à disposição através do e-mail:
semanasocialbrasileira@cnbb.org.br



APOIO:

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT

REALIZAÇÃO:



CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

Comissão Episcopal
para a Ação
Sociotransformadora



SSB